

CENTRAIS DE COMPRAS & COMPRAS COMPARTILHADAS

Dione dos Anjos Pantoja¹
Paula Salles das Chagas²
Nayara de Sousa Castro³
Francisco Wallyson Cardoso da Silva⁴

RESUMO: A gestão de compras tem assumido papel estratégico nas organizações em razão de sua capacidade de contribuir para a redução de custos, otimização de recursos e aumento da eficiência operacional. Nesse contexto, as centrais de compras e as compras compartilhadas destacam-se como modelos de gestão capazes de promover ganhos econômicos, administrativos e institucionais por meio da centralização e da integração dos processos de aquisição. O presente estudo teve como objetivo analisar as principais características, benefícios e desafios das centrais de compras e das compras compartilhadas, buscando compreender como essas estratégias podem contribuir para a eficiência organizacional, a racionalização dos recursos e a promoção de práticas sustentáveis nos processos de aquisição. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva. A revisão da literatura permitiu identificar que a adoção de estratégias de compras centralizadas e compartilhadas favorece a obtenção de economias de escala, o fortalecimento do poder de negociação junto aos fornecedores, a padronização dos processos de aquisição e a melhoria da governança organizacional. Além disso, verificou-se que a cooperação interorganizacional contribui para o compartilhamento de conhecimentos, a racionalização dos recursos e a promoção de práticas sustentáveis nas contratações. Entretanto, a literatura também aponta desafios relacionados à coordenação das atividades, à governança dos processos, ao alinhamento dos interesses dos participantes e à necessidade de estruturas adequadas de planejamento e controle. Conclui-se que as centrais de compras e as compras compartilhadas representam importantes instrumentos de gestão.

Palavras-chave Centrais de compras. Compras compartilhadas. Gestão de compras. Gestão de suprimentos. Cooperação interorganizacional.

¹Orientador Fametro, Administrador. Mestre em Engenharia de Processos, PPGE/ITEC/UFPA.

²Tecnóloga em Logística, Universidade Nilton Lins.

³Tecnóloga em Logística, Fametro.

⁴Bacharel em ciências contábeis, UNIP.

ABSTRACT: Purchasing management has assumed a strategic role in organizations due to its ability to contribute to cost reduction, resource optimization, and increased operational efficiency. In this context, centralized purchasing and shared purchasing stand out as management models capable of promoting economic, administrative, and institutional gains through the centralization and integration of acquisition processes. This study aimed to analyze the main characteristics, benefits, and challenges of centralized purchasing and shared purchasing, seeking to understand how these strategies can contribute to organizational efficiency, resource rationalization, and the promotion of sustainable practices in acquisition processes. This is a bibliographic research, with a qualitative approach and descriptive nature. The literature review identified that the adoption of centralized and shared purchasing strategies favors the achievement of economies of scale, the strengthening of negotiating power with suppliers, the standardization of acquisition processes, and the improvement of organizational governance. Furthermore, it was found that interorganizational cooperation contributes to knowledge sharing, resource rationalization, and the promotion of sustainable practices in contracting. However, the literature also points to challenges related to the coordination of activities, the governance of processes, the alignment of participants' interests, and the need for adequate planning and control structures. It is concluded that purchasing centers and shared procurement represent important management tools.

Keywords: Purchasing centers. Shared procurement. Procurement management. Supply management. Interorganizational cooperation.

1 INTRODUÇÃO

2

A gestão de compras vem ganhando um papel cada vez mais estratégico tanto no setor público quanto no privado, pois os processos de aquisição impactam diretamente na eficiência operacional, na racionalização dos recursos e nos resultados institucionais. Nesse cenário, a busca por mecanismos que promovam maior economia, transparência e eficiência tem levado ao desenvolvimento de modelos colaborativos de compra, como as centrais de compras e as compras compartilhadas. Essas abordagens têm sido amplamente adotadas como ferramentas capazes de fortalecer o poder de negociação, reduzir custos operacionais e otimizar os processos de contratação.

As centrais de compras são estruturas organizacionais que centralizam as demandas de aquisição de diferentes unidades ou instituições, possibilitando compras em maior escala e condições mais favoráveis junto aos fornecedores. Segundo Góis, Ouro e Mendonça (2024), a centralização das compras tem se consolidado como uma ferramenta importante de gestão, especialmente no setor público, por permitir ganhos relacionados à economia de escala, à padronização dos processos e ao fortalecimento da governança nas contratações. Os autores

ressaltam que a implementação desse modelo pode contribuir significativamente para aumentar a eficiência administrativa e para uma utilização mais racional dos recursos públicos, desde que sejam consideradas as particularidades e necessidades de cada organização.

Além dos benefícios econômicos, as discussões atuais sobre compras organizacionais têm incorporado aspectos relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental. Assim, as compras deixaram de ser vistas apenas como atividades voltadas a adquirir bens e serviços pelo menor preço, passando a levar em conta critérios que consideram impactos sociais, ambientais e econômicos de longo prazo. De acordo com Góis, Ouro e Mendonça (2024), a centralização das compras pode facilitar a implementação de critérios sustentáveis nas contratações, aumentando a capacidade das organizações de adotar práticas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável. No entanto, os autores também destacam que esse modelo requer planejamento adequado e mecanismos de governança que possam minimizar possíveis limitações relacionadas à flexibilidade e à autonomia dos órgãos envolvidos.

Ao mesmo tempo, as compras compartilhadas vêm ganhando destaque como uma alternativa de cooperação entre organizações, capaz de potencializar os resultados alcançados pelas instituições participantes. Esse modelo consiste na realização conjunta de processos de aquisição por diferentes organizações com demandas semelhantes, permitindo a união de esforços, recursos e conhecimentos em prol de objetivos comuns. Conforme Silva e Cohen (2023), as compras compartilhadas representam uma ferramenta importante para promover a sustentabilidade nas contratações públicas, possibilitando ganhos econômicos, sociais e ambientais simultâneos. A análise de experiências em instituições federais brasileiras mostrou que a cooperação entre organizações pode ajudar na redução de custos, no aumento da eficiência dos processos licitatórios e no fortalecimento das práticas sustentáveis nas compras governamentais.

Outro ponto importante diz respeito à habilidade das compras compartilhadas de promover a inovação e o desenvolvimento de práticas gerenciais mais eficazes. Silva e Cohen (2023) observaram que a colaboração entre as instituições favorece o intercâmbio de conhecimentos, a difusão de boas práticas e o fortalecimento das competências organizacionais voltadas para a adoção de critérios sustentáveis nas contratações. Os autores também destacaram que o engajamento das lideranças e a cooperação entre os participantes são fatores essenciais para o sucesso das iniciativas de compras compartilhadas, ressaltando a relevância da gestão colaborativa para alcançar os resultados desejados.

Nesse contexto, percebe-se que as centrais de compras e as compras compartilhadas estão se firmando como estratégias importantes para aprimorar a gestão de suprimentos, especialmente em ambientes onde há necessidade de otimizar recursos e aumentar a eficiência organizacional. Apesar das diferenças em suas estruturas e modos de operação, ambos os modelos têm como objetivo principal fortalecer o poder de negociação, diminuir custos, padronizar processos e ampliar a capacidade das organizações de atender às demandas institucionais de maneira mais eficiente e sustentável.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as principais características, benefícios e desafios das centrais de compras e das compras compartilhadas, buscando compreender como essas estratégias podem contribuir para a eficiência organizacional, a racionalização dos recursos e a promoção de práticas sustentáveis nos processos de aquisição. A relevância da pesquisa justifica-se pela crescente necessidade de adoção de modelos de gestão que conciliem eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e inovação, elementos fundamentais para o fortalecimento das organizações contemporâneas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DE COMPRAS E SUPRIMENTOS NAS ORGANIZAÇÕES

A administração de compras e suprimentos tem assumido um papel cada vez mais estratégico nas organizações, deixando de ser apenas uma atividade operacional voltada à aquisição de materiais e serviços para se tornar uma ferramenta importante na geração de valor e na obtenção de vantagem competitiva. Em um cenário marcado pelo aumento da concorrência no mercado, pela necessidade de diminuir custos e pela busca constante por eficiência, as empresas passaram a entender que as decisões relacionadas às compras impactam diretamente seu desempenho financeiro, operacional e estratégico. Nesse contexto, a gestão de compras não se limita ao abastecimento das operações, mas também envolve a escolha de fornecedores, a negociação de contratos, o planejamento das demandas e o controle dos recursos utilizados pela organização (Santos et al., 2021).

De acordo com Anselmo e Sousa Junior (2021), o setor de compras desempenha um papel crucial na redução dos custos internos, pois a adoção de estratégias de aquisição bem planejadas pode gerar economias expressivas e contribuir para o aumento da lucratividade. Os autores ressaltam que buscar melhores condições de negociação, desenvolver parcerias com

fornecedores, planejar as compras de forma eficiente e controlar os estoques são práticas capazes de reduzir desperdícios e otimizar o uso dos recursos disponíveis. Assim, a gestão de compras deixa de ser vista apenas como uma despesa e passa a atuar como um elemento estratégico para o crescimento e a sustentabilidade da organização.

Além de ajudar a reduzir custos, a administração de compras também melhora a qualidade dos produtos e serviços adquiridos, assegurando que os insumos necessários estejam disponíveis no momento certo e em condições adequadas às necessidades da organização. Segundo Anselmo e Sousa Junior (2021), a eficiência no processo de compras depende da integração entre planejamento, análise de mercado, negociação e avaliação contínua dos fornecedores, fatores que proporcionam maior controle dos gastos e maior segurança nas operações empresariais. A implementação dessas práticas permite que as empresas obtenham vantagens competitivas duradouras, aumentando sua capacidade de investir e crescer.

Junto com a gestão de compras, a administração da cadeia de suprimentos vem ganhando destaque como uma abordagem integrada que coordena os fluxos de materiais, informações e recursos entre os diversos participantes da cadeia produtiva. Essa visão amplia o conceito tradicional de compras ao incluir aspectos como logística, armazenamento, transporte, distribuição e o relacionamento com fornecedores e clientes. A gestão da cadeia de suprimentos visa integrar os processos internos das organizações, contribuindo para maior eficiência, melhoria na qualidade dos serviços e maior agilidade na resposta às demandas do mercado (Santos et al., 2021).

5

No setor público, a administração da cadeia de suprimentos também é vista como uma ferramenta importante para melhorar a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Segundo Santos et al., (2021), a necessidade de inovação e de uma melhor gestão dos recursos públicos tem impulsionado o desenvolvimento de práticas gerenciais voltadas à otimização dos processos de aquisição. Os autores ressaltam que a gestão da cadeia de suprimentos pode ajudar a aumentar a eficiência e a eficácia das instituições públicas, promovendo a racionalização dos gastos, o aprimoramento dos procedimentos de compra e o fortalecimento da governança organizacional.

Dessa forma, percebe-se que a gestão de compras e suprimentos é fundamental para atingir os objetivos das organizações, seja no setor público ou privado. A implementação de estratégias de compras, aliada à integração dos processos da cadeia de suprimentos, permite maior controle sobre os recursos, redução de custos operacionais, elevação da qualidade dos

serviços e aumento da competitividade organizacional. Portanto, uma gestão eficiente de compras e suprimentos é um dos alicerces essenciais para a sustentabilidade e o êxito das organizações na atualidade (Santos et al., 2021).

2.2 CENTRAIS DE COMPRAS: CONCEITOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

As centrais de compras representam um método de gestão adotado tanto por entidades públicas quanto privadas, com a finalidade de centralizar os processos de aquisição em uma única unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução das contratações. Essa abordagem surge da necessidade de aumentar a eficiência administrativa, racionalizar recursos e fortalecer o poder de negociação com os fornecedores. Ao centralizar as compras, diferentes setores da organização podem compartilhar demandas semelhantes, possibilitando compras em maior escala e contribuindo para condições comerciais mais favoráveis, redução de custos e padronização dos procedimentos de contratação. De acordo com Góis, Ouro e Mendonça (2024), as compras centralizadas são uma estratégia importante de gestão, especialmente no setor público, pois promovem a otimização dos recursos e aprimoram a governança nas contratações.

A estrutura das centrais de compras é marcada por uma unidade central que coordena as demandas das organizações envolvidas, consolidando necessidades e conduzindo os processos de aquisição. Nesse sistema, as unidades solicitantes enviam suas necessidades à central de compras, que realiza o planejamento das aquisições, realiza estudos de mercado, elabora os instrumentos de contratação e conduz os processos licitatórios ou negociações necessárias. Segundo Góis, Ouro e Mendonça (2024), essa estrutura favorece a padronização dos procedimentos administrativos, diminui esforços duplicados e proporciona maior controle sobre os gastos e contratações feitas pelas instituições participantes.

As centrais de compras funcionam com base na união das demandas das organizações, possibilitando que itens e serviços comuns sejam adquiridos de maneira conjunta. Essa centralização aumenta o volume de compras, o que tende a fortalecer o poder de negociação das organizações com os fornecedores. Além disso, esse modelo ajuda a diminuir os custos administrativos relacionados a múltiplos processos de contratação, promovendo maior eficiência nas operações. Segundo Góis, Ouro e Mendonça (2024), essa centralização pode gerar ganhos consideráveis em economia, especialmente quando acompanhada de estratégias eficazes de planejamento e governança.

Outro ponto importante é a capacidade das centrais de compras de estabelecer padrões para os bens e serviços adquiridos. A padronização das especificações técnicas facilita o controle da qualidade, simplifica o processo de aquisição e aumenta a transparência nas contratações. Além disso, a centralização permite a implementação de critérios mais consistentes na avaliação de fornecedores e no acompanhamento dos contratos. Para Góis, Ouro e Mendonça (2024), essa padronização também pode facilitar a incorporação de critérios relacionados à sustentabilidade, ajudando as organizações a alinharem suas compras com objetivos econômicos, sociais e ambientais.

No âmbito das instituições públicas no Brasil, o uso de compras centralizadas tem sido uma estratégia comum para aumentar a eficiência administrativa e diminuir custos. Um exemplo dessa prática é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que adotou a centralização das aquisições como uma forma de racionalizar os recursos destinados aos hospitais universitários federais. De acordo com Silva (2024), a implementação do sistema de compras centralizadas na Rede Ebserh resultou em significativos ganhos econômicos, principalmente devido à consolidação das demandas e ao aumento do volume de compras realizadas. O autor aponta que essa centralização melhorou os processos de planejamento e contratação, reduzindo despesas e elevando a eficiência nas aquisições institucionais.

7

Além dos benefícios financeiros, a experiência da Rede Ebserh demonstra que as centrais de compras podem fortalecer a gestão estratégica das organizações. A coordenação centralizada das aquisições facilita o compartilhamento de informações, a adoção de boas práticas de gestão e o aprimoramento dos mecanismos de controle e fiscalização dos contratos. Silva (2024) destaca ainda que esse modelo promove maior integração entre as unidades envolvidas, favorecendo um alinhamento institucional mais sólido e uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

Assim, fica claro que as centrais de compras são ferramentas importantes para otimizar processos de aquisição, reduzir custos e fortalecer a eficiência organizacional. Sua estrutura e funcionamento se baseiam na centralização das demandas e na coordenação integrada das contratações, possibilitando às instituições alcançar ganhos de escala, padronização e governança. Como mostram os estudos de Góis, Ouro e Mendonça (2024) e Silva (2024), a adoção desse modelo pode ser uma estratégia eficaz para instituições que desejam aprimorar seus processos de compras e utilizar seus recursos de forma mais eficiente.

2.3 COMPRAS COMPARTILHADAS E COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAL

As compras compartilhadas representam uma estratégia de gestão que se baseia na colaboração entre diferentes entidades para realizar juntas processos de aquisição de bens e serviços. O objetivo principal desse modelo é aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, permitindo obter vantagens econômicas e operacionais ao unir demandas semelhantes. Ao consolidar as necessidades de várias instituições, torna-se possível fortalecer o poder de negociação com fornecedores, diminuir os custos administrativos e aprimorar os processos de contratação. Segundo Silva e Cohen (2023), as compras compartilhadas são uma ferramenta importante para fortalecer a gestão pública, especialmente em situações que demandam maior racionalização de recursos e busca por resultados sustentáveis.

A cooperação entre organizações é o elemento central das compras compartilhadas, pois sua eficácia depende da atuação conjunta e coordenada das instituições envolvidas. Esse processo envolve o intercâmbio de informações, conhecimentos, experiências e recursos, facilitando a criação de soluções coletivas para necessidades comuns. De acordo com Silva e Cohen (2023), a implementação de práticas colaborativas nas compras públicas favorece a integração entre os órgãos participantes, contribuindo para melhorias nos processos de planejamento, contratação e administração dos recursos públicos. Os autores destacam que a cooperação institucional ajuda a superar limitações individuais das organizações, aumentando a capacidade de alcançar objetivos comuns de maneira mais eficiente.

No campo das contratações públicas, as compras realizadas em parceria têm sido vistas como ferramentas capazes de promover não apenas benefícios econômicos, mas também avanços em sustentabilidade. Ao examinar cinco casos de cooperação entre instituições federais brasileiras, Silva e Cohen (2023) observaram que a colaboração entre os órgãos permitiu a inclusão de critérios ambientais e sociais nos processos de aquisição, mostrando que a cooperação entre organizações pode contribuir para o desenvolvimento sustentável. Os autores ressaltam que essa integração ajuda na disseminação de boas práticas e no fortalecimento da capacidade técnica necessária para implementar políticas de compras sustentáveis.

Além dos benefícios relacionados à sustentabilidade, a cooperação entre instituições traz vantagens ligadas ao compartilhamento de conhecimentos e ao aprendizado organizacional. Quando diferentes entidades trabalham juntas, há uma troca contínua de experiências que melhora os processos de gestão e fortalece as habilidades das organizações. Segundo Ferreira e Oliveira (2022), as práticas colaborativas em compras públicas criam ambientes mais integrados,

onde a cooperação favorece a geração de soluções inovadoras e o desenvolvimento de mecanismos mais eficientes para a gestão das aquisições. Nesse cenário, a união entre organizações torna-se um elemento estratégico para aprimorar os resultados institucionais.

Ferreira e Oliveira (2022) ressaltam que a implementação de práticas colaborativas possibilita aumentar a eficiência nos processos de compras, reduzindo esforços duplicados e otimizando recursos humanos, financeiros e tecnológicos. A integração das atividades relacionadas às aquisições ajuda a simplificar os procedimentos administrativos e diminuir os custos operacionais, promovendo uma gestão mais eficaz dos recursos públicos. De acordo com os autores, a cooperação entre diferentes instituições fortalece o planejamento e a tomada de decisão, resultando em resultados mais consistentes e alinhados aos objetivos das organizações.

Outro ponto importante das compras compartilhadas é o fortalecimento das relações institucionais e a criação de redes de cooperação. A interação contínua entre os envolvidos favorece o desenvolvimento de vínculos baseados na confiança, transparência e compromisso com metas comuns. Silva e Cohen (2023) afirmam que a consolidação dessas redes colaborativas é um dos fatores-chave para o sucesso das iniciativas de compras compartilhadas, pois a efetividade do modelo depende da capacidade das organizações de atuarem de forma integrada e coordenada. Assim, a cooperação entre entidades vai além das aquisições conjuntas, contribuindo também para o fortalecimento da governança e da gestão institucional.

9

Porém, a adoção das compras compartilhadas também traz desafios que requerem atenção dos gestores. Questões relacionadas à coordenação das tarefas, ao alinhamento de interesses entre as organizações envolvidas e à definição de mecanismos de governança podem afetar diretamente os resultados alcançados. Ferreira e Oliveira (2022) destacam que a integração institucional necessita de planejamento cuidadoso, comunicação eficaz e comprometimento dos participantes para garantir que os benefícios da colaboração sejam realmente obtidos. A falta desses elementos pode prejudicar a efetividade dos processos colaborativos e dificultar o alcance dos resultados desejados.

Nesse contexto, percebe-se que as compras compartilhadas e a cooperação entre organizações são estratégias importantes para melhorar a gestão das aquisições, especialmente em situações que exigem maior eficiência, sustentabilidade e uso racional dos recursos. Conforme os estudos de Silva e Cohen (2023) e Ferreira e Oliveira (2022), a atuação conjunta entre entidades possibilita vantagens econômicas, fortalecimento institucional, troca de conhecimentos e aprimoramento dos resultados organizacionais. Dessa forma, a cooperação

interorganizacional se torna uma ferramenta valiosa para desenvolver processos de compras mais eficientes, integrados e alinhados às demandas atuais da gestão pública e empresarial.

2.4 BENEFÍCIOS, DESAFIOS E IMPACTOS DAS CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS

As centrais de compras e as aquisições compartilhadas têm sido bastante empregadas como estratégias para melhorar os processos de aquisição, especialmente em organizações que buscam maior eficiência na utilização de recursos e aprimoramento da gestão. Entre os principais benefícios desses modelos, destaca-se a possibilidade de alcançar economias de escala, resultado da concentração da demanda de diferentes unidades ou instituições em um único processo de contratação. Conforme Góis, Ouro e Mendonça (2024), a centralização das compras fortalece o poder de negociação com os fornecedores, possibilitando melhores condições comerciais, redução de preços e maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Da mesma forma, Silva e Almeida (2025) apontam que a consolidação das demandas ajuda a diminuir os custos administrativos relacionados a múltiplos processos licitatórios, contribuindo para uma maior racionalização dos gastos organizacionais.

Além das vantagens econômicas, esses modelos também promovem avanços na padronização dos procedimentos e no fortalecimento da governança nas contratações. A centralização das aquisições permite maior uniformidade na elaboração dos processos, na definição de especificações técnicas e no acompanhamento dos contratos firmados. Segundo Góis, Ouro e Mendonça (2024), as compras centralizadas também facilitam a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, ampliando a capacidade das organizações de adotar práticas alinhadas aos princípios econômicos, sociais e ambientais. Assim, as compras compartilhadas e centralizadas passam a ter um papel importante não só na redução de custos, mas também na obtenção de resultados institucionais mais sustentáveis.

Apesar das vantagens identificadas, a literatura mostra que a adoção desses modelos também traz obstáculos que podem afetar sua eficácia. Um dos principais desafios está na necessidade de uma coordenação eficiente entre os diversos participantes do processo de aquisição. Segundo Silva e Almeida (2025), uma centralização excessiva pode dificultar o atendimento às necessidades específicas de cada unidade envolvida, reduzindo a flexibilidade nas contratações e complicando a gestão das demandas. Além disso, concentrar as decisões em

uma estrutura central pode gerar sobrecarga administrativa e exigir maior capacitação técnica dos gestores responsáveis pelas compras.

Outro ponto frequentemente mencionado é o desafio relacionado à governança e ao alinhamento de interesses entre as organizações participantes. Góis, Ouro e Mendonça (2024) apontam que o êxito das centrais de compras e das compras compartilhadas depende de mecanismos eficazes de planejamento, comunicação e controle, que assegurem transparência e equilíbrio entre os diferentes interesses. A ausência desses mecanismos pode levar a conflitos internos, dificuldades na coordenação e limitações na obtenção dos resultados desejados.

De modo geral, observa-se que os efeitos das centrais de compras e das compras compartilhadas são, em sua maioria, positivos, principalmente no que diz respeito à diminuição de custos, ao aumento da eficiência na administração, ao fortalecimento do poder de negociação e à promoção da sustentabilidade. No entanto, para que esses benefícios sejam realmente atingidos, é essencial desenvolver estruturas de governança apropriadas e estratégias que conciliem a padronização dos processos com as necessidades específicas de cada organização participante. Como demonstram os estudos de Góis, Ouro e Mendonça (2024) e Silva e Almeida (2025), o sucesso desses modelos depende diretamente da capacidade de planejamento, coordenação e gestão das instituições envolvidas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvida com o objetivo de analisar as contribuições das centrais de compras e das compras compartilhadas para a eficiência organizacional e a otimização dos processos de aquisição. A pesquisa bibliográfica possibilita a investigação sistemática do conhecimento já produzido acerca da temática, permitindo identificar conceitos, práticas, benefícios e desafios relacionados à adoção de estratégias colaborativas de compras em diferentes contextos organizacionais.

A coleta de dados foi realizada por meio de consultas em bases de dados científicas e acadêmicas, incluindo Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a busca dos estudos, foram utilizados os descritores: centrais de compras, compras compartilhadas, gestão de compras, gestão de suprimentos e cooperação interorganizacional, empregados de

forma isolada e combinada, visando ampliar a identificação de publicações relevantes para a temática investigada.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros disponibilizados integralmente em formato eletrônico, publicados no idioma português e no período compreendido entre os anos de 2016 e 2026. Também foram selecionados estudos que apresentassem relação direta com o tema das centrais de compras, compras compartilhadas ou assuntos correlatos à gestão de compras e suprimentos. Em contrapartida, foram excluídas publicações duplicadas, trabalhos indisponíveis na íntegra, estudos publicados em idiomas diferentes do português, materiais publicados antes do período delimitado e produções que não apresentassem aderência aos objetivos da pesquisa.

Após a seleção do material, realizou-se a leitura exploratória para identificação dos estudos potencialmente relevantes, seguida da leitura seletiva e analítica, com o intuito de extrair informações pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa. Os dados obtidos foram organizados e interpretados de forma qualitativa, permitindo a análise das principais contribuições da literatura acerca dos conceitos, características, benefícios e desafios relacionados às centrais de compras e às compras compartilhadas. Por fim, as informações coletadas subsidiaram a construção da fundamentação teórica e das discussões apresentadas no estudo, possibilitando uma compreensão ampla sobre a importância dessas estratégias para o aprimoramento da gestão organizacional e dos processos de aquisição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada revelou que as compras públicas vêm assumindo um papel cada vez mais estratégico na administração organizacional, principalmente devido à sua capacidade de impactar a eficiência administrativa, otimizar o uso dos recursos e promover o desenvolvimento sustentável. Os estudos revisados demonstram que a implementação de práticas modernas na gestão das compras públicas, incluindo modelos centralizados e mecanismos de governança, favorece a melhoria nos processos de aquisição e resulta em resultados mais eficazes para as instituições. Nesse cenário, percebe-se que a busca pela eficiência nas contratações públicas está diretamente ligada à adoção de estratégias que visem reduzir custos, aumentar a transparência e fortalecer os mecanismos de controle e planejamento (Pessoa, 2025).

Dentre os principais achados na literatura, destaca-se a importância da governança para o êxito das compras públicas. Segundo Borges, Freitas e Bacinello (2026), a Nova Lei de Licitações reforçou a necessidade de implementar práticas de governança que promovam maior transparência, eficiência e controle nos processos de contratação. Os autores enfatizam que a governança é fundamental para garantir a efetividade das compras públicas, ajudando a diminuir falhas administrativas e melhorar os resultados organizacionais. Essa visão é apoiada por Pessoa (2025), que ressalta o papel do planejamento estratégico e da gestão eficiente dos recursos públicos como instrumentos capazes de ampliar os benefícios advindos do poder de compra do Estado.

Outro ponto amplamente abordado nas pesquisas diz respeito aos riscos e desafios presentes nos processos de compras públicas. A revisão sistemática conduzida por Sturmer et al., (2022) revelou que dificuldades relacionadas ao planejamento das contratações, à gestão de riscos, à formação dos agentes públicos e à complexidade das normas estão entre os principais obstáculos enfrentados pelas organizações. Os autores destacaram que a falta de mecanismos eficazes de controle e acompanhamento pode prejudicar a eficiência das aquisições, além de aumentar as chances de desperdícios, atrasos e falhas na execução dos contratos. Esses resultados mostram que alcançar bons resultados nas compras públicas depende não apenas do cumprimento das normas, mas também da capacidade das instituições de aplicar práticas gerenciais eficientes.

13

No que diz respeito às compras públicas centralizadas, os dados indicam um aumento expressivo no interesse acadêmico e institucional pelo tema. O estudo de análise bibliométrica realizado por Silva e Almeida (2026) constatou a expansão da produção científica sobre compras centralizadas, evidenciando o reconhecimento dessa abordagem como uma ferramenta importante para melhorar a eficiência administrativa. Segundo os autores, a centralização das aquisições permite obter economias de escala, aumenta o poder de negociação com fornecedores e ajuda na padronização dos processos de compra. Esses fatores possibilitam uma utilização mais racional dos recursos públicos e fortalecem a capacidade das organizações de obter melhores resultados em suas contratações.

Os benefícios das compras centralizadas também podem ser analisados sob a ótica da eficiência econômica. Segundo Pessoa (2025), o poder de compra do governo é uma ferramenta importante para estimular o desenvolvimento regional sustentável, pois uma gestão eficiente das aquisições públicas pode impulsionar setores produtivos, criar empregos e renda, além de

fortalecer as economias locais. Dessa forma, a centralização das compras não deve ser vista apenas como uma forma de cortar custos, mas também como um mecanismo que pode gerar impactos positivos no crescimento econômico e social.

Além dos aspectos financeiros, a literatura aponta uma preocupação crescente com a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos de compras públicas. Pesquisa de Silva et al., (2025) mostrou que práticas de compras sustentáveis podem contribuir bastante para promover a responsabilidade socioambiental nas instituições públicas. Os autores observaram que a adoção de critérios ambientais e sociais nas aquisições promove o uso mais consciente dos recursos, melhora a imagem das organizações e aumenta sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Esses achados reforçam a ideia de que as compras públicas podem ser ferramentas capazes de gerar benefícios que vão além do aspecto econômico estrito.

Porém, os estudos revisados também destacam obstáculos relevantes na implementação de práticas sustentáveis e modelos de gestão mais eficazes. Silva et al., (2025) apontam que limitações estruturais, dificuldades na capacitação técnica e resistência às mudanças organizacionais podem prejudicar a efetividade das ações voltadas à sustentabilidade nas compras públicas. De maneira semelhante, Sturmer et al., (2022) ressaltam que a complexidade dos processos de contratação e a necessidade de atualização constante das normas exigem dos gestores públicos altos níveis de qualificação e adaptação.

14

Outro aspecto importante é a integração entre governança, sustentabilidade e eficiência. Borges, Freitas e Bacinello (2026) defendem que o sucesso das compras públicas depende da articulação entre mecanismos de controle, planejamento estratégico e gestão de riscos. Os autores argumentam que a governança deve ser vista como um elemento transversal capaz de potencializar os benefícios das compras centralizadas e das práticas sustentáveis. Essa ideia é corroborada pelas conclusões de Pessoa (2025), que destaca a importância de usar o poder de compra do Estado como ferramenta para o desenvolvimento econômico e social, desde que acompanhado por práticas de gestão responsáveis e transparentes.

De modo geral, a literatura demonstra que as compras públicas centralizadas e as ações de governança são instrumentos essenciais para promover eficiência organizacional e sustentabilidade. Os estudos indicam que a adoção de mecanismos adequados de planejamento, controle e integração institucional favorece melhores resultados nas contratações públicas. Ao mesmo tempo, mostram que desafios relacionados à gestão de riscos, à capacitação dos agentes públicos e à implementação de práticas sustentáveis ainda precisam ser enfrentados pelos

gestores e responsáveis pela formulação de políticas públicas. Assim, percebe-se que o aprimoramento contínuo dos processos de compras públicas é fundamental para fortalecer a administração pública e incentivar o desenvolvimento sustentável (Sturmer et al., 2022; Silva; Almeida, 2026; Borges, Freitas; Bacinello, 2026).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo examinar as centrais de compras e as aquisições compartilhadas como estratégias capazes de promover maior eficiência, economia e competitividade nas organizações. Com base na revisão da literatura, constatou-se que a gestão de compras evoluiu de uma função meramente operacional para um papel estratégico, contribuindo diretamente para a redução de custos, a otimização dos recursos e o aprimoramento do desempenho organizacional.

Os achados mostraram que as centrais de compras representam um importante mecanismo de coordenação das aquisições, possibilitando a concentração da demanda e o fortalecimento do poder de negociação com os fornecedores. Da mesma forma, as compras compartilhadas mostraram-se uma alternativa eficiente para organizações que desejam unir esforços e recursos, buscando obter vantagens econômicas e operacionais que seriam difíceis de alcançar individualmente.

15

Verificou-se que os principais benefícios dessas estratégias incluem a obtenção de economias de escala, a diminuição dos custos de aquisição, a padronização dos processos, a melhoria na qualidade dos produtos e serviços adquiridos, além do fortalecimento das relações com fornecedores. Esses fatores favorecem o aumento da eficiência organizacional e ajudam na criação de vantagens competitivas duradouras em um cenário cada vez mais dinâmico e desafiador.

Por outro lado, a literatura também indica que a implementação de centrais de compras e modelos de compras compartilhadas apresenta alguns obstáculos. Questões relacionadas à governança, ao alinhamento de interesses entre os participantes, à transparência nos processos, à comunicação eficaz e à gestão de conflitos podem prejudicar os resultados esperados se não forem bem administradas. Portanto, o sucesso dessas ações depende do estabelecimento de mecanismos de coordenação, cooperação e confiança entre as organizações envolvidas.

Portanto, conclui-se que as centrais de compras e as compras compartilhadas são ferramentas importantes de gestão, capazes de gerar benefícios econômicos e operacionais

relevantes para organizações tanto públicas quanto privadas. A implementação dessas estratégias pode ajudar no uso mais eficiente dos recursos disponíveis, fortalecer a capacidade de negociação e aprimorar os processos de aquisição. Assim, essas alternativas se firmam como opções valiosas para organizações que buscam maior eficiência, sustentabilidade e competitividade em suas compras.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo dos efeitos das centrais de compras e das compras compartilhadas em diferentes setores da economia, além de investigar os fatores essenciais para o sucesso de sua implementação, levando em conta as particularidades de cada ambiente organizacional. Esses estudos podem ampliar o entendimento sobre o tema e fornecer informações que apoiem a adoção de práticas cada vez mais eficazes na gestão de suprimentos.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Amauri; SOUSA JUNIOR, Marco Antônio Alves de. **Gestão de compras: estratégias usadas como forma reduzir custos**. Interface Tecnológica, Taquaritinga, v. 18, n. 1, p. 697-709, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31510/inf.v18i1.1093>.

BORGES, Ana Alice Sarraf; FREITAS, Patrícia Rabelo de; BACINELLO, Edilson. **Compras públicas e governança sob a ótica da Nova Lei de Licitações: efetividade e desafios**. Cadernos Cajúna, Teresina, v. 11, n. 1, e1571, 2026. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajviii.1571>.

FERREIRA, Marilaine Aparecida; OLIVEIRA, Daniel Ribeiro de. **Práticas colaborativas em compras públicas: os benefícios da integração para o aprimoramento dos resultados**. Gestão e Planejamento, Salvador, v. 23, p. 693-710, jan./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.53706/gep.v.23.6956>.

GÓIS, Lúcio; OURO, Abimael; MENDONÇA, Cláudio Márcio Campos de. **Compras públicas centralizadas: vantagens e desvantagens à luz dos critérios de sustentabilidade**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 75, n. 1, p. 161-180, jan./mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v75i1.10150>.

PESSOA, Sebastião Felipe Lucena Pessoa. **Governança e eficiência nas compras públicas: o poder de compra estatal como instrumento de desenvolvimento regional sustentável**. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Marília, Marília, 2025. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IBICT-I_boda491c30f2cd2659deaf1320focbd2?utm_source. Acesso em: 27 maio 2026.

SANTOS, Elaine Michele Diniz; SANTOS, Manoela Silveira dos; KAPP, Marcelo Nepomoceno; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Gestão da cadeia de suprimentos no setor público brasileiro: estado da arte**. Produção Online, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 726-745, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v21i3.4239>.

SILVA, Aline Alves da; MACHADO, Diego de Queiroz; MOREIRA, Márcia Zabdiele; MUZZIO, Henrique. **Contribuições das práticas de compras públicas para a sustentabilidade: um estudo de caso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)**. REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Campina Grande, v. 15, n. 1, p. 62-81, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18696/reunir.v15i1.1834>.

SILVA, Lucas Brito da. **A utilização do modelo de compras centralizadas como estratégia de economicidade na Rede Ebserh**. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 22, n. 3, e3834, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n3-159>.

SILVA, Renato Cader; COHEN, Marcos. **Compras públicas sustentáveis: análise de cinco experiências compartilhadas em instituições federais no Brasil**. Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 23, n. 65, p. 59-74, maio/set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2023v23n65p59-74>.

SILVA, Stéfane Nascimento da; ALMEIDA, Alexandre Nascimento de. **Compras públicas centralizadas: um estudo bibliométrico**. Revista Administração em Diálogo (RAD), São Paulo, v. 28, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2026v28i1.65593>.

SILVA, Stéfane Nascimento da; ALMEIDA, Alexandre Nascimento de. **Vantagens e desvantagens das compras públicas centralizadas: uma revisão bibliográfica**. RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, Ribeirão Preto, v. 16, n. 3, p. 1-19, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v16i3.1269>.

STURMER, Robinson Alexander; GARCIA, Elias; PEREIRA, Eliane Nascimento; PERES, Fabiana Frata Furlan. **Compras públicas: uma revisão sistemática dos riscos e desafios**. AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 11, p. 1-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.79840>.